

CONSTITUINTE

7 SET 1987

GAZETA MERCANTIL

Cabral encomenda proposta para tentar obter consenso

por Francisco Stella Fagó
de Brasília

Caso o projeto de Constituição a ser apresentado terça-feira pelo deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, preveja a estabilidade no emprego e a imissão automática da União na posse dos imóveis desapropriados, é bem possível que seja aprovado pelos 93 membros da Comissão de Sistematização. No plenário, porém, deverá ser derrotado, mesmo sendo necessários 280 votos para aprovar qualquer emenda.

A previsão é do senador Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO), um dos articuladores do grupo que conseguiu derrotar na Comissão da Ordem Econômica da Constituinte o projeto do senador Severo Gomes (PMDB-SP) e aprovar um projeto repudiado pelos partidos de esquerda e pela ala progressista do PMDB. Os 93 membros da Comissão de Sistematização, escolhidos pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, têm um perfil muito mais à esquerda que o pensamento médio dos 559 constituintes, raciocina Costa Júnior. Ele acredita que os descontentes com o projeto da Comissão de Sistematização poderão articular-se naturalmente no plenário e formar com relativa facilidade a maioria de 280 votos.

Com a experiência da derrota do seu projeto na Comissão da Ordem Econômica, o senador Severo Gomes acredita no inverso. O projeto que for aprovado na Comissão de Sistematização, avalia, será 99% da nova Constituição.

Nesta terça-feira, quando termina o prazo para Cabral concluir o projeto a ser votado pela Comissão de Sistematização e aprovado até o dia 5 de outubro, os constituintes terão indi-

O bloco regional

Uma comissão integrada por sete parlamentares levou, na última sexta-feira, ao conhecimento do presidente José Sarney a formação de um grupo inter-regional e supra-partidário, composto de 292 constituintes, que se compromete a defender na elaboração do texto da futura Constituição todos os dispositivos ligados diretamente às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, informou a EBN.

A intenção do bloco, segundo os deputados Alberico Cordeiro (PFL-AL) e Fernando Cunha (PMDB-GO), é deixar que

os temas constitucionais mais polêmicos sejam abstraídos das discussões que norteiam as diretrizes das bancadas das três regiões.

Entende o bloco que a tudo se sobrepõem as prioridades do desenvolvimento, com definição de uma política capaz de eliminar as disparidades regionais e promover, gradualmente, a igualdade nacional.

Integraram a comissão, além de Cordeiro e Cunha, os deputados: José Luiz Maia (PDS-PI), Ismael Wanderley (PMDB-RN), Carlos Benevides

(PMDB-CE), Aécio Borba (PDS-CE) e José Dutra (PMDB-AM).

Entre as propostas que o bloco defenderá, segundo o deputado Aécio Borba, está a regionalização dos orçamentos e a elevação da aplicação de recursos nas três regiões que, segundo ele, recebem hoje 15% do orçamento da União.

O deputado José Dutra informou que o bloco, entretanto, não se imiscuirá em questões como mandato presidencial, sistema de governo, reforma agrária, anistia e outras.

cadore mais precisos do que vai acontecer.

SEM CONSENSO, CABRAL MANTÉM TEXTO

Cabral receberá a proposta do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), a quem conferiu a tarefa de buscar uma solução de consenso para a reforma agrária e a estabilidade no emprego. Se a solução de consenso não for conseguida, o relator já declarou que deverá reproduzir os textos que já constam da última versão do projeto de Constituição.

O Projeto Cabral não prevê estabilidade, mas garantia do emprego contra demissões arbitrárias. E prevê a possibilidade de a União imitir-se na posse dos imóveis desapropriados por decisão judicial. Se, porém, não houver decisão em noventa dias, a imissão será automática.

Sobre reforma agrária, Vivaldo Barbosa estava inclinado na sexta-feira a apresentar a Cabral proposta muito semelhante à da última versão de projeto de Constituição. Pessoalmente, ele acredita que es-

tabelecer na Constituição mecanismos de imissão e vincular a desapropriação para reforma agrária à função social da propriedade dificulta a reforma agrária. O ideal seria simplesmente autorizar a União a desapropriar para fins de reforma agrária e deixar as demais definições para a legislação ordinária. Mas acredita que a tendência dominante na Constituinte é por uma fórmula como a prevista no Projeto Cabral.

Se o novo projeto seguir essa tendência, o grupo que aprovou o projeto da Comissão da Ordem Econômica deverá articular-se para aprovar uma fórmula semelhante à vigente no México. A idéia, segundo Costa Júnior, é permitir a desapropriação de até dois terços da propriedade rural e o terço restante poderia ser escolhido pelo proprietário. Haveria também a figura da prelação, a possibilidade de o proprietário reaver o imóvel se, passa o determinado período, o governo não cumprisse as finalidades da desapropriação.

Vivaldo Barbosa pretende sugerir ao deputado Bernardo Cabral que incorpore em seu próximo projeto a proposta de estabilidade no emprego depois de noventa dias de trabalho, com ressalvas para os trabalhadores avulsos, os ocupantes de cargos de confiança e os de pequenas e microempresas.

EMENDA POPULAR DE INDÚSTRIAS GAÚCHAS

Cabral recebeu também a proposta do deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), presidente do Sindicato da Indústria de Construção Civil do Rio Grande do Sul, de incorporar ao projeto a emenda popular patrocinada pelas indústrias gaúchas, com 35 mil assinaturas. A emenda prevê a garantia de emprego, mas ressalva casos de dificuldades da empresa, de falta grave, abre a possibilidade de contrato a termo e prevê o fortalecimento do sistema de indenização nas despedidas. O relator pediu a Luís Roberto Ponte que negociasse a fórmula com Vivaldo Barbosa. A negociação, porém, fracassou.

O cálculo dos parlamentaristas

por Carlo Iberê de Freitas
de Brasília

Os parlamentaristas calculam 58 votos dentro da Comissão de Sistematização, favoráveis à implantação do novo sistema de governo. Esta maioria — são necessários 47 votos (metade mais um) — segundo o senador José Fogaça (PMDB-RS), garantida também para o plenário, assegura a vitória da tese, embora não defina o tipo de parlamentarismo.

Não há unidade, reconhece o próprio senador, mas "há a decisão de que nós vamos implantar o parlamentarismo". A disposição foi reafirmada na semana passada quando constituintes de todos os partidos se reuniram na casa do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) e fecharam questão em torno da proposta, sem entretanto, fechar a porta para a negociação: "renunciamos ao radicalismo", explica Fogaça.

O interesse pelo consenso vem da falta da unidade, do entendimento que o confronto é prejudicial para a própria estabilidade do futuro sistema e da necessidade de não tornar o presidente da República — o atual e os futuros —, "rainhas da Inglaterra". "Na medida em que se coloca o parlamentarismo puro, eu entendo a preocupação do presidente atual e dos futuros, mas vejo também que nós caminhamos para um parlamentarismo que vai

Os pedidos de Quércia a Cabral

por Andrew Greenles
de Brasília

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, reuniu-se na sexta-feira com o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, para solicitar que seja mantido no anteprojeto a ser concluído nesta semana o capítulo do sistema tributário na forma em que se encontra. O atual texto prevê maior transferência de recursos a estados e municípios em comparação à atual legislação e, segundo Quércia, "tem o apoio dos governadores".

No mesmo encontro, o governador paulista pediu especial atenção do relator à emenda do deputado Michel Te-

mer, do PMDB de São Paulo, que garante maiores poderes aos estados para a efetivação de reforma administrativa.

Em terceiro lugar, Quércia renovou a reivindicação de São Paulo no sentido de que sua bancada federal seja elevada dos atuais sessenta deputados federais a pelo menos 80. "É uma questão de direito", disse mais tarde o governador, após reunir-se com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que concordou com Quércia: "O atual sistema mutila muito a representação". Se fosse aplicada a regra da proporcionalidade em relação ao número de habitantes, São Paulo teria cerca de 120 deputados.

preservar o papel e a influência do presidente da República como condutor da formação do governo e da vontade popular", disse José Fogaça.

Esta busca do entendimento é fundamental, tanto na fase da comissão quanto em plenário, porque nem os parlamentaristas, nem os presidencialistas têm maioria na Assembléia Nacional Constituinte.

E, se a proposta de parlamentarismo puro persistir até o plenário, lá, ninguém garante os 280 votos necessários para emendar o anteprojeto do relator. A única possibilidade matemática e política é a do cen-

tro unir-se com a direita, não se perdendo nos detalhes.

Exatamente por este caminho, também trilham os presidencialistas, como o deputado Prisco Viana (PMDB-BA), que acredita na decisão pelo voto. "Estamos buscando articular os indecisos, os silenciosos e os receosos de mostrarem sua posição. É um trabalho convencional, não digo de aliciamento, mas de convencimento político", contou o deputado, um dos principais articuladores da posição do Palácio do Planalto no Congresso. O número apresentado pelo Senador não abala o deputado: "Tenho certeza que com estas articulações, o presidencialismo vai ganhando espaço e se afirmando como vencedor na comissão e no plenário".

Mas a exemplo dos parlamentaristas, os presidencialistas não têm uma proposta fechada e, partindo

de uma proposta de presidencialismo, como a do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), aceitam abrir espaços parlamentaristas ao Congresso, como a de censurar ministros. É o chamado parlamentarismo mitigado (abrandado, suavizado, aliviado), que divide um pouco os poderes e as responsabilidades do presidente da República.

Através do voto ou da negociação, o entendimento vai ser alcançado, pelo menos é o que garantem as duas partes. "Não podemos admitir um congresso sem poderes, nem viver sob a ditadura de um primeiro-ministro", defende Prisco Viana. Já o senador, teme a continuidade do presidencialismo "imperial". Estas posições no final, vão garantir que, após a Constituinte, alguma coisa nova vai surgir nas posições ocupadas hoje pelo Palácio do Planalto e pelo Congresso Nacional.